



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

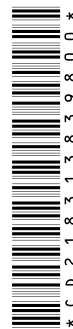
(Do Sr. Rafael Motta)

Solicita informações ao Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, referentes à possibilidade de esvaziamento de competências dos estados e municípios no processo de cadastramento dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro Onyx Lorenzoni, para que esclareça questões sobre:

- Maiores detalhes acerca dos motivos que ensejaram na necessidade de esvaziamento do papel dos municípios no processo de cadastramento dos cidadãos beneficiários do programa Bolsa Família;
- Maiores esclarecimentos acerca das competências dos estados e municípios no desenvolvimento do referido programa, assim como suas possíveis contribuições estruturais para o atendimento da população beneficiária;
- Quantitativo de unidades de Centros de Referência de Assistência Social nos municípios, bem como informações acerca do papel destes Centros no atendimento e cadastramento no programa;
- Estudos aprofundados que justifiquem tal medida, tendo em vista que nem toda a população que deve ser assistida possui acesso à internet e outros dispositivos dependentes desta, o que provavelmente poderá





CÂMARA DOS DEPUTADOS

acarretar desassistência.

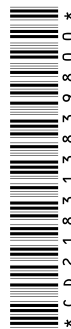
JUSTIFICATIVA

Criado com o advento da Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, o programa Bolsa Família, por intermédio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, vem contribuindo, de maneira estratégica e cirúrgica, para a redução e combate à pobreza e à desigualdade social em todo Brasil. Possuindo três eixos fundamentais, efetiva-se como complementação de renda, acesso a direitos fundamentais e promove o desenvolvimento das famílias, integrando-se em outros programas e ações governamentais.

De fato, o êxito adquirido neste importantíssimo programa de transferência de renda deve-se, primordialmente, ao modelo descentralizado de gestão no qual, por intermédio da União, são atribuídas funções específicas para a sua execução aos estados, municípios e Distrito Federal. Dessa forma, os entes da federação empreendem esforços, tornam-se corresponsáveis pela devida implementação do referido programa, estabelecendo bases de cooperação em prol do combate à pobreza e a exclusão social, com competências correspondentes e sob constante articulação.

Por intermédio das unidades municipais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), as famílias têm acesso ao Programa Bolsa Família e são englobadas nos sistemas municipais, estaduais e federais de Assistência Social, o que possibilita o monitoramento das ações destinadas e o acompanhamento das famílias assistidas, tudo isso, por uma rede intergovernamental de ações neste programa, que vai desde a manutenção de crianças e adolescentes nas escolas, passando pelo pré-natal e a nutrição, um acompanhamento da saúde, educação e desenvolvimento social das famílias beneficiárias.

É importante ressaltar que o Bolsa Família assiste, só no estado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

do **Rio Grande do Norte**, o qual represento na Câmara dos Deputados, cerca de 30% de sua população, tendo como beneficiárias cerca de **363.660 famílias**, o que representa mais de 1.064.390 cidadãos potiguares, segundo dados do Ministério da Cidadania¹. A tendência, ao que se percebe, é de um aumento de 51% de pedidos do benefício no estado, conforme aponta dados da Secretaria de Estado do Trabalho e da Assistência Social², o que irá requerer fortalecimentos das estratégias entre União, estado e municípios, comportando toda a população necessitada e portadora dos direitos ao amplo acesso da rede integrada do referido programa.

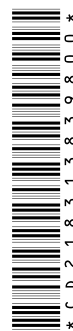
No entanto, em raciocínio distinto da lógica integrativa do programa entre os entes, união facilitadora da cobertura e promoção dos objetivos de redução das desigualdades, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, ante o amplamente divulgado pela mídia³, pretende desenvolver mecanismos digitais de cadastramento e acompanhamento dos beneficiários, retirando dos municípios a responsabilidade de identificação, acolhimento e registro dos cidadãos com direitos ao benefício, transferindo para um aplicativo ou site com uso de internet, cujo acesso e requerimento deve-se ao cidadão, excluindo, desta feita, a atuação de servidores e agentes municipais capacitados, cujo trabalho de assistência perpassa a mera concessão do benefício.

Ante o exposto, revela-se preocupante tal medida, uma vez que a atuação dos estados e municípios perpassam a mera concessão e atualização cadastral dos beneficiários. Ao acolher as famílias carentes e hipossuficientes no seio deste programa, promovem um acompanhamento abrangente, tanto de sua situação socioeconômica, quanto no desenvolvimento educacional e nutricional de suas vidas, o que possibilita um importante detalhamento de

1 <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>

2 <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/inscria-a-es-no-bolsa-familia-sobem-51-no-rn/491203>

3 cartacapital.com.br/cartaexpressa/frente-nacional-de-prefeitos-critica-governo-por-mudancas-no-bolsa-familia/#:~:text=A%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Prefeitos,sociais%20como%20o%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia.&text=Em%20nota%20oficial%20divulgada%20nesta,do%20governo%20federal%20como%20inoportuna.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

diversas áreas correspondentes acerca das pessoas assistidas, fornecendo um intercâmbio de dados valiosos ao estabelecimento, fortalecimento e execução do programa, cuja ruptura no *modus operandi* acarretará prejuízos na definição de suas políticas públicas envolvidas.

Diante desses fatos, e sendo a fiscalização uma das funções do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para termos dados suficientes e atualizados do Ministério da Cidadania, a fim de se assegurar a efetividade das leis e esclarecer a sociedade de forma eficiente e transparente.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2021

Deputado Rafael Motta
PSB/RN

